

CORREIO POLÍTICO

Reprodução/Instagram@kassab



Ratinho Jr. seria o nome escolhido pelo PSD

Ratinho Jr. já estava escolhido: seria o candidato do PSD

O governador do Paraná, Ratinho Jr., já estava escolhido: seria ele o candidato do PSD à Presidência da República. Os nomes dos três governadores pré-candidatos – além de Ratinho, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, e o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite – foram submetidos a votação no diretório nacional. E o governador do Paraná obteve a maioria. Além disso, pesquisas internas também apontavam qual seria a sua viabilidade eleitoral. Segundo os números, ele largaria tendo em torno de 12%, sendo dos três o único com alguma entrada na região Nordeste. Teria ainda o recall de ser filho do apresentador de TV Ratinho, o que o tornaria mais conhecido que os outros dois governadores.

Kassab soube segunda de manhã

A intenção do presidente do PSD, Gilberto Kassab, era anunciar Ratinho Jr. como candidato nesta quarta-feira (25). Até domingo (22), esse era o quadro no PSD. Por isso, foi uma grande surpresa para Kassab quando soube na manhã de segunda-feira que Ratinho Jr. estava desistindo do páreo presidencial. O governador paranaense já queria naquela mesma hora anunciar sua desistência. Kassab telefonou para tentar demovê-lo.

Reprodução/Instagram@sergiomoro



Moro entra no PL e volta para entorno de Bolsonaro

No PSD, avaliação de que foi um erro

Não conseguiu. O máximo que obteve foi que Ratinho Jr. segurasse o anúncio por mais algumas horas para que o partido recompusesse sua estratégia. Ratinho Jr. fez seu anúncio à tarde. Kassab fez uma nota reafirmando a intenção de ter um nome no páreo presidencial. Mas já não parecia provável, até o fechamento da coluna, que ele mantivesse ao anúncio do candidato para hoje. Na direção do PSD, a avaliação nesta quarta era que a decisão de Ratinho Jr. tinha sido um erro. No mínimo, com 44 anos, era dada a ele a chance de crescer politicamente.

Saísse então para senador

Se a decisão do governador era permanecer no Paraná para ter controle sobre a sucessão e evitar a eleição de seu adversário, o senador Sergio Moro, que se filiou ontem no PL, a avaliação é que também optou pelo pior caminho. Se saísse candidato a senador, poderia pegar seu candidato a governador pelo braço e rodar o estado com ele.

POR
RUDOLFO LAGO

Dedo de Lula

Então, a leitura era de que a desistência de Ratinho Jr. tinha um possível dedo de Lula. Se a intenção é combater a eleição de Moro, Ratinho não poderá tecer elogios ao senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) na sua campanha presidencial. No mínimo, terá que ficar neutro, num pacto de não agressão.

Sucessor

Outro dado que impressionou é o fato de Ratinho Jr. não ter um sucessor claramente definido. Fala-se no presidente da Assembleia Legislativa, Alexandre Curi, ou no secretário de Cidades, Guto Silva, ambos do PSD. Mas Paraná Pesquisas de março dava Curi 13 pontos atrás de Moro e Guto 39.

Prefeito

Também surgiram cogitações envolvendo o possível nome do prefeito de Curitiba, Eduardo Pimentel, que é também do PSD. Mas, no caso, há um grande problema. O vice-prefeito da capital do Paraná, Paulo Martins, é do PL. Enfim, Ratinho Jr. pode ter transformado sua sucessão numa grande bagunça.

Caiado

No caso da candidatura presidencial do PSD, também não estava dado de barato que o nome do partido, com a desistência de Ratinho Jr., seria Ronaldo Caiado. Embora o governador de Goiás pareça ter mais musculatura, ele teria um problema: uma aproximação maior com o ex-presidente Jair Bolsonaro, demonstrada algumas vezes.

Linha auxiliar

Se a intenção de Kassab era apresentar um nome próprio do partido para não ter que se definir ainda no primeiro turno pela polarização Lula/Flávio, poderia ser um problema político escolher alguém que acabasse soando como uma linha auxiliar de Flávio Bolsonaro na corrida presidencial, espécie de escada para ele.

Conversa

De qualquer modo, na terça-feira (24), Caiado já correu para se reunir com Kassab. Não há informações de que Leite tenha feito o mesmo. Apenas reafirmou a sua disposição de assumir a missão pelo partido. Mestre do jogo político, Kassab parece ter agora um nó a desatar. Para onde irá?



Para Alcolumbre, houve interferência indevida do STF

Reação de Alcolumbre acirra tensão com STF

Decisão de Mendonça de prorrogar CPMI irrita senador

Por Beatriz Matos

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) demonstrou forte irritação com a decisão do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), que deu a ele um prazo de 48 horas para que o Congresso Nacional faça a leitura do requerimento de extensão dos trabalhos da CPMI do INSS por mais 120 dias.

A medida foi tomada após integrantes da comissão recorrerem ao STF sob alegação de omissão do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que não teria dado andamento ao pedido mesmo com apoio suficiente.

Após a decisão, Alcolumbre acionou a Advocacia do Senado para avaliar possíveis medidas contra a determinação do Supremo. Aliados do senador afirmam que a medida representa interferência em competências internas do Congresso.

Já parlamentares favoráveis à CPMI defendem que a decisão garante o cumprimento das regras constitucionais e impede o bloqueio de um direito das minorias parlamentares.

De acordo com Tédney Moreira, professor de direito penal do IbmeC Brasília, a decisão do STF está alinhada ao entendimento já consolidado pela Corte. “O STF tem a função de garantir o cumprimento da Constituição,

inclusive quando há omissões de outros Poderes”, afirma.

Segundo ele, “a criação de CPIs não é discricionária, mas um direito das minorias parlamentares, desde que cumpridos os requisitos constitucionais”. Na prática, isso limita a atuação do presidente do Senado.

“A decisão deve ser cumprida obrigatoriamente. Eventual resistência pode configurar crime de responsabilidade e agravar a crise institucional”, diz o especialista.

A CPMI do INSS investiga um esquema de descontos indevidos em aposentadorias e pensões, com impacto sobre milhões de beneficiários. A comissão enfrenta risco de encerramento sem concluir as apurações, o que aumentou a pressão política pela prorrogação.

O prazo atual termina no sábado (28). Integrantes do colegiado afirmam que ainda há diligências pendentes e que o encerramento neste momento comprometeria os resultados. Já críticos avaliam que a comissão perdeu o foco e passou a ter uso político.

Para Moreira, a decisão também tem efeito político imediato. “Pode haver fortalecimento da oposição, já que a decisão amplia o espaço de investigação, além de constrangimento da base governista, especialmente se houver resistência à CPMI”, afirma.

O STF marcou para quinta-feira (29) o julgamento.